

# Tancredo pretendia liderar Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Logo depois de eleito, Tancredo Neves confidenciou a um amigo íntimo que, graças a Deus, chegaria ao poder com muita popularidade. Mas não tinha ilusões: por conta de rigidez política econômico-financeira, em seis meses seria considerado um dos presidentes mais impopulares da República. Ficaria muito mais para Campos Sales do que para Juscelino Kubitschek, mas outro remédio não havia. Indagado se dispunha de alternativas para mais tarde virar o jogo, de modo a não deixar o Palácio do Planalto no final de seu governo como Campos Sales havia deixado o Palácio do Catete, isto é, debaixo de patas, Tancredo sorriu e mostrou que dispunha de um "pulo-do-gato". Saía bem, e, no futuro, a história lhe faria justiça, como fez ao antecessor paulista. Mas não só por haver enfiado as finanças nacionais. Pretendia dedicar-se de corpo inteiro à tarefa de dar ao País de uma boa Constituição. Não abriria mão da prerrogativa de liderar o processo constituinte, como presidente da República que convocaria a Assembleia e, em especial, como chefe político detentor desse indiscutível dever. Em nada sua disposição se chocava com a soberania e a liberdade dos constituintes.

A estratégia do presidente eleito começaria pela designação de uma comissão especial destinada a elaborar esboço de projeto constitucional, conforme deixou escrito no discurso de 17 de março, domingo, conhecido hoje como o "L proibido gastar", lido pelo então vice-presidente em exercício, José Sarney. Sua ideia era compor logo o grupo, sob a presidência de moço Afonso Arinos, como mais tarde foi feito. Sua postura, no entanto, seria diversa daquela adotada pelo substituto e, depois, sucessor. Participaria dos trabalhos da comissão, mesmo sem estar presente, discutindo com seus integrantes, dando e aceitando ideias. Não perderia o controle, e, por isso, não seria obrigado, como Sarney foi, a engastar o texto produzido. Porque não deixaria que ele chegasse às mãos do Urutau e da Janiasta. Se fosse preciso, emendaria no Palácio do Planalto os capítulos com os quais não concordasse, pois antes determinara a enviar um anteprojeto à Assembleia Nacional Constituinte. Não deixaria deputados e senadores começarem do nada. Sua experiência de parlamentar e de jurista, como sua verve de político, indicavam que, sem dispor de um texto-base, mesmo para emendá-lo e modificá-lo, a Constituinte se arriscava a voar na estratosfera e a ficar, como ficou, enrugando gelo e ensacando fumaça.

Tinha seqüência, a arquitetura constituinte de Tancredo. Só não pretendia comparecer ao plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Tudo o mais ele faria, desde convocar diariamente os líderes da aliança democrática do seu gabinete até pronunciar-se de público contra ou a favor de alterações, teses ou propostas que fossem surgindo da

imaginação parlamentar. Não seria tutor, nem mestre-escola, mas não abriria mão de ser o condutor do trabalho. Sua peça de equilíbrio. Sem falsa modéstia, queria que a nova Constituição exprimissem a imagem do movimento que o levou a ser eleito: cautela, pés no chão, reformas democráticas, avanços possíveis e, acima de tudo, consenso nacional.

O presidente José Sarney preferiu, de início, atitude mais modesta. Não interferiu na atuação dos "notáveis" da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que demorou a compor. Ao final de um ano de reuniões, eles produziram um amontoadado de artigos conflitantes e, em muitos casos, inexequíveis. Proliferos e demagógicos. Vendo que aquele não era o esboço pretendido pela Nova República, Sarney não o emendou nem modificou. Agradeceu o esforço de Afonso Arinos e seus pupilos e simplesmente deixou tudo na gaveta mais funda de sua escrivaninha, negando-se a encaminhar o texto à Assembleia Nacional Constituinte. Perdeu, assim, a segunda oportunidade de influir e de melhorar o processo já distorcido. Conflou na autonomia e na capacidade das forças políticas.

Iniciados os trabalhos, em fevereiro deste ano, Sarney manteve a mesma postura. Não era com ele a questão da nova Constituição. Permaneceu confiante, mas deu-se mal. Só há dois meses, assustado com o rumo das propostas e dos debates, mudou de estratégia e passou a preocupar-se. Da preocupação chegou à iniciativa, adotada de algumas semanas para cá, de usar sua influência política para obstar desastrosos e bobagens. Ainda conseguiu pegar o trem, mesmo em velocidade. Se tudo der certo, terá impedido nos próximos dias a aventura parlamentarista, como a intenção de certos grupos radicais de marginalizar e procoçar as Forças Armadas e de desarticlar as estruturas econômicas e financeiras do País.

De repente, Sarney deu-se conta de que, não podendo ser o único cidadão brasileiro cassado e impedido de participar do processo, precisava entrar de cabeça na questão. Afinal, é dele a liderança política maior, em função do cargo que exerce. Da inesperada fixação de seu mandato em cinco anos, que anunciou em cadeia nacional de rádio e televisão, atropelando a horta já florescente dos constituintes, dedicou-se agora a manter o presidencialismo e a não deixar que se criem pretextos ou motivos para a eclosão de crises militares. Atua em tempo integral, reunido com os líderes partidários, ministros e auxiliares. Acaba de celebrar nova aliança tácita com Ulysses Guimarães e Marco Maciel, presidentes do PMDB e do PFL, no sentido de cortar as asas da ilusão constituinte. Parece que vai dar certo, mas o risco tornou-se centenas de vezes maior por não ter, desde o início, assumido o leme e conduzido o barco para longe dos recifes e da tempestade.